POLITICA DE DROGAS NO BRASIL

U. K. Bernard

ilyutik81@mail.ru;

Diretora científica – T. S. Sharupich, professora auxiliar

No estágio atual, o surgimento de novos canais de fornecimento de entorpecentes exige que as autoridades brasileiras adotem nova legislação para aprimorar o combate às drogas. O trabalho demonstra o sucesso da implantação da lei de drogas de 2006 ao analisar dados sobre os crimes, o volume do tráfico de drogas.

O artigo discute os objetivos que podem ser alcançados com a aprovação de uma nova lei, e também levanta a questão de impedir a legalização das drogas no país.

Nova política de drogas do Brasil ajudou a acelerar encarceramento no Brasil e vai fortalecer as famílias para que os jovens sejam mantidos longe das drogas.

Palavras-chave: tráfico de drogas; política de drogas; legalização das drogas; novas leis sobre drogas.

Segundo especialistas, lei de drogas de 2006 ajudou a acelerar encarceramento no Brasil. Muitos acreditam que Luiz Inácio Lula da Silva vai legalizar drogas no Brasil com a ajuda da nova lei. Esse é um dos temas da chamada "pauta de costumes".

No entanto, o plano de governo do petista não fala em legalização das drogas - nem sua propaganda gratuita exibida na televisão e no rádio.

O programa de Lula destaca que "o país precisa de uma nova política sobre drogas, intersetorial e focada na redução de riscos, na prevenção, tratamento e assistência ao usuário".

"O atual modelo bélico de combate ao tráfico será substituído por estratégias de enfrentamento e desarticulação das organizações criminosas, baseadas em conhecimento e informação, com o fortalecimento da investigação e da inteligência", diz o documento. Já em carta aos evangélicos, Lula afirmou que seu governo "vai fortalecer as famílias para que os nossos jovens sejam mantidos longe das drogas."

Por exemplo, ao ser questionado sobre uma possível legalização da maconha no podcast Flow, Lula afirmou que o assunto não depende dele.

Por outro lado, embora o petista seja "acusado" de ser a favor da legalização, ele foi o responsável por sancionar uma lei que facilitou a prisão e endureceu as punições por tráfico de drogas quando ocupava o Palácio do Planalto, em 2006.

A lei aumentou muito a aprisionamento e o tamanho das penas por tráfico de drogas. "Na lei anterior, de 1976, a pena mínima era de três anos de prisão. Na nova, passou para cinco".

Em 2005, antes da legislação sancionada por Lula, 14% dos presos haviam sido condenados por crimes relacionados ao tráfico, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen).

Já em 2019, o delito representava 27,4% – entre as mulheres, esse índice chega a 54,9% do total.

Em 2005, havia 296.919 pessoas encarceradas no país. Em 2019, eram 773.151 detentos, alta de 160%. Os últimos dados do Infopen são de 2019, mas o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estima que no ano passado havia 820 mil pessoas presas. O número de vagas no sistema, no entanto, é de 442 mil.

O país tem hoje a terceira maior população carcerária do mundo, só atrás de China e Estados Unidos.

Para defensores públicos e especialistas em direito penal, a lei de drogas de 2006 facilitou as condenações por tráfico, mas, na prática, não cumpriu a meta de diferenciar usuários de traficantes. O problema é que a legislação não estipula parâmetros objetivos para fazer isso.

O tráfico passou a ser caracterizado mais pelas circunstâncias da prisão do que pela quantidade da substância apreendida.

A lei cita 18 verbos que definem o crime: como importar, remeter, preparar, produzir, vender, expor à venda, oferecer, ministrar, entre outros.

A falta de critérios mais claros fez com que a principal prova utilizada pela Justiça para condenar seja o testemunho dos policiais envolvidos na detenção, segundo profissionais da área.

"Essa diferenciação do que é usuário ou traficante é bem aleatória. Na falta de investigação, se a pessoa tiver um caderno de anotações no momento do flagrante, por exemplo, ou estiver próxima de um local de venda de drogas, isso faz com que ela seja enquadrada como traficante"

Pesquisa do Núcleo de Estudos da Violência da USP, de 2012, apontou que 74% das prisões por tráfico em São Paulo tinham como únicas testemunhas os policiais militares. Só 4% das detenções ocorreram depois de investigações.

"Quem define se uma pessoa é traficante ou usuário é o policial. E isso é um poder muito grande. Se você tiver 5 gramas de maconha e R\$ 20 no bolso, ele pode dizer que você é um traficante, e não usuário.

Claro que essa decisão pode depender se você é branco ou negro, se você foi preso em um bairro de classe média ou na periferia. A Justiça costuma validar a decisão policial e condenar.

Atualmente, não existem dados oficiais sobre a quantidade média utilizada pela Justiça para condenações por tráfico. Há apenas pesquisas de amostragem sobre apreensões.

Uma delas, do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, apontou que, em 2014, o volume de maconha apreendido não passou de 6 gramas em 50% das 24 mil prisões em flagrante analisadas. Em 75% dos casos, o peso máximo não passava de 42,6 gramas.

Outro levantamento, do Instituto Sou da Paz, analisou milhares de ocorrências entre 2015 e setembro de 2017 no Estado de São Paulo. A pesquisa concluiu que as grandes apreensões de droga são minoria.

Nas 80 mil ocorrências de maconha compiladas, cada ação policial confiscou 39,8 gramas da planta, na mediana. Já em ações envolvendo cocaína, cada operação apreendeu 21,6 gramas da substância, também considerando a mediana de 71 mil ocorrências.

O volume é o mesmo de dois sachês de ketchup.

Já o plano de governo de Bolsonaro celebra um aumento de 131% nas apreensões de cocaína e de 172% nas de maconha entre 2018 e o ano passado. Neste ano, por exemplo, a Polícia Federal acredita que vai bater o recorde histórico de apreensões de cocaína. Até agosto, foram 72 toneladas. O recorde atual é de 2019, quando 104 toneladas foram confiscadas pela PF.

O delegado afirmou que, desde 2012, a Polícia Federal adota outra abordagem: a partir das apreensões e de investigações de lavagem de dinheiro, traficantes e facções são "descapitalizados" – nos últimos três anos, foram sequestrados ou apreendidos R\$ 2,8 bilhões em bens de membros de grupos criminosos.

O Brasil tem 15 mil quilômetros de fronteiras, além de ser vizinho de países produtores de maconha e cocaína, como Paraguai, Colômbia, Peru e Bolívia.

O Brasil é "um grande consumidor de drogas, mas também um ponto de trânsito" para cargas com destino à Europa, Ásia e África.

Ele afirmou que um quilo de cocaína é comprado por cerca de R\$ 13 mil na fronteira do Brasil e revendido por R\$ 53 mil nas grandes cidades do país. Se chegar à Europa, o mesmo volume pode render até R\$ 210 mil às facções.

Como ocorreu em muitos países, a política de drogas do Brasil foi importada dos Estados Unidos: a chamada guerra às drogas, que, desde os anos 1960, propõe o combate bélico e o encarceramento de quem vende e usa substâncias ilícitas.

O presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, costuma dizer que as drogas "destroem muitas famílias no Brasil" em relação ao uso problemático, ressoando o discurso de ex-presidentes americanos que apostaram na guerra às drogas como plataforma política, como Ronald Reagan.

"Nós sabemos que a liberação das drogas é uma desgraça para o país, não pretendo admitir isso", afirmou ele à Agência Brasil.

Em conclusão, nova política de drogas do Brasil ajudou a acelerar encarceramento no Brasil e vai fortalecer as famílias para que os jovens sejam mantidos longe das drogas.

Referências bibliográficas

1. A Política Nacional Sobre Drogas [Электронный ресурс] // Serviços e Informações do Brasil. URL: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protacao/politicas-sobre-drogas/a-politica-nacional-sobre-drogas>. Дата обращения: 15.04.2023.
2. Plataforma brasileira de política de drogas [Электронный ресурс]. URL: <https://pbpd.org.br>. Дата обращения: 16.04.2023.
3. Dados estatísticos sobre drogas: UNODC.ORG [Электронный ресурс]. URL: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/informacoes-adicionais.html>. Дата обращения: 16.04.2023.